

# MOVIMENTO

# 25 de Abril

## boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

N.º 8 — 14 JAN. 1975 (Quinzenal)

Preço 2550

5.ª DIV. / EMGFA  
Rua da Cova Moura, n.º 1

DISTRIBUIDO POR  
"O SECULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-  
GRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

## Editorial

### SANEAR A VIDA PORTUGUESA

O ano de 1975 será um ano de profunda reestruturação da sociedade portuguesa.

Torna-se necessário que em todos os sectores seja encontrada a resposta adequada à construção do País que queremos. Resposta encontrada em liberdade. Liberdade que significará intransigência com processos sedimentados ao longo de anos e anos de utilização da força e da mentira contra os interesses do Povo Português.

Sabemos que a liberdade é a necessidade tornada consciência. E sabemos bem que em muitos lugares da nossa terra não será possível ultrapassar a situação de deficiente esclarecimento cívico e as dependências económicas, sociais e mentais, de modo a obter, desde já, uma criativa participação de todos os portugueses na construção do País.

Temos igualmente experiência dos efeitos profundamente negativos de um regime político como o anterior na capacidade política das camadas da população mais favorecidas económica e socialmente.

Atentos a estas dificuldades, impõe-se um esforço bem determinado para concretizar o programa que o M. F. A. apresentou à Nação em 25 de Abril. Esforço que, nas palavras lúcidas do Presidente da República, afirme prudência, ousadia, firmeza.

Prudência, amplamente justificada pela complexa conjuntura nacional e internacional em que navegamos. Ousadia e firmeza, para consolidar as vitórias já alcançadas e encaminhar o País decididamente na procura e realização de uma sociedade onde a justiça social não seja uma promessa mas uma realidade vivida.

A substituição de estruturas corruptas, degradadas, depauperadas, é um passo decisivo na vida portuguesa. O saneamento da vida pública (e privada) corresponde a uma necessidade fundamental de que todos temos consciência.

Não se trata, apenas, de afastar homens por os conhecermos comprometidos com o regime fascista. Os crimes cometidos por esses homens serão julgados com a firmeza que a dimensão da afronta feita ao povo português exige. Além disso, interessa e é urgente uma eficiente reestruturação dos quadros e dos serviços que permita programar e efectivar as medidas necessárias ao progresso do País.

A Administração Pública não poderá ser dirigida nos escalões de decisão por homens que transigiram com sistemas anteriores. Tal meio significa que o seu trabalho e as suas qualidades não tenham interesse na reconstrução do País. Porém, esses homens, embora ideologicamente não fascistas, não reúnem as condições psicológicas e socio-políticas indispensáveis a quem vai determinar as profundas reformas que o País necessita. Não basta dizer-se democrata, é preciso ser revolucionário, para que um português encontre dentro de si a energia e a vontade para tarefa de tal envergadura. Apenas colocando nos postos de decisão elementos interessados numa profunda reestruturação da vida portuguesa será possível reorganizar os serviços, aproveitar a capacidade dos técnicos e interessar no processo todos os trabalhadores.

O saneamento implica o afastamento dos indesejáveis, a reconversão dos trabalhadores por níveis

(Continua na pág. 6)



### O M. F. A. E O ACTUAL PROCESSO POLÍTICO

Em 25 de Abril o M. F. A. apareceu à luz do dia, revolucionando a vida política e social portuguesa e apresentando ao país um programa revolucionário, que foi amplamente apoiado e referendado pelo povo.

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril não acaba nem pode acabar com as eleições para a Constituinte, o Programa do M. F. A. é nisto bastante claro, ao afirmar no seu ponto 3 a) que "o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa"; isto significa que até lá e portanto durante todo o ano de 1975 a direcção do processo compete ao M. F. A.

Não deverão as actuais forças políticas atribuir às eleições para a Constituinte um significado diferente daquele que elas verdadeiramente têm. As eleições serão um acto político significativo, como um dos primeiros passos do povo português na aprendizagem da democracia, elas servirão objectivamente para o povo escolher os homens que irão elaborar a Constituição. Podia o M. F. A. ter decidido nomear, ele, essas pessoas; não o fez porque pretende que o povo português comece o mais depressa possível a trilhar verdadeiramente um caminho democrático.

Apesar de toda a vontade e desejo de caminharmos o mais rapidamente possível para a democracia, não podemos confundir desejos com realidade e não podemos portanto pretender que as eleições sirvam para a definição de linhas políticas que distorsam os objectivos determinados no programa do M. F. A. ou para uma reformulação do governo, porque isto são atribuições do M. F. A. de que ele não poderá abdicar enquanto durar o processo revolucionário, sem trair a responsabilidade que assumiu e a confiança que o povo nele depositou.

Se em qualquer altura são sempre de condenar todas as manobras eleitoralistas e a caça aos lugares, no nosso caso concreto, uma política no sentido "eleitoralista" é índice de não se ter compreendido, ou de se estar mesmo fora do processo revolucionário.

As eleições não vão encontrar as soluções para os grandes problemas nacionais, essas soluções, poderão encontrar-se pela verdadeira inserção das forças políticas progressistas no processo revolucionário e pela sua

colaboração franca e aberta com o M. F. A. em todas as medidas de carácter revolucionário que seja necessário tomar.

Na actual fase da vida política portuguesa, são inconvenientes e podem ser nocivos todos os procedimentos que pretendam defender interesses pessoais ou partidários em prejuízo do interesse geral e da unidade das massas trabalhadoras.

Fizemos o 25 de Abril para acabar com o fascismo e para trazer ao nosso povo a liberdade e melhores condições de vida e trabalho, para isto, nos batemos, para isto arriscámos a vida e para isto continuaremos a arriscá-la; não nos podemos esquecer que para alcançar os objectivos propostos é indispensável a continuação do processo revolucionário, ainda com maior vigor.

Apesar de uma certa inexperiência política temos a consciência das grandes dificuldades e dos obstáculos que nos aparecem no caminho da libertação do povo português do colonialismo, do fascismo e do subdesenvolvimento; temos consciência da pesada herança que o fascismo nos deixou.

Por isso não podemos aceitar que forças políticas bem mais experientadas, não se apercebam dos verdadeiros problemas nacionais e não compreendam que só através da unidade das forças progressistas e da unidade do povo trabalhador eles se poderão resolver.

O M. F. A. através da campanha de dinamização cultural e esclarecimento político, levado a cabo pelas F. A., tem recebido sempre a confirmação, de que continua a interpretar fielmente as aspirações e anseios mais profundos do povo português.

Seguros deste dado fundamental continuaremos a desenvolver todo o nosso esforço, para reforçar cada vez mais a unidade das F. A., a unidade do povo e a unidade F. A. — POVO; neste sentido permitiremos que se verifiquem medidas ou manobras políticas com fins alheios ao interesse do povo e do país, tendentes a dividir o povo trabalhador e separá-lo das Forças Armadas. Faremos todos os esforços e sacrifícios necessários à unidade das classes trabalhadoras, combateremos todas as medidas tendentes a dividi-las.

Após o 25 de Abril as F. A. reencontraram a sua dignidade, reencontraram o seu povo, neste momento podemos considerar que são o braço armado do povo e estão prontas não só a defendê-lo contra qualquer agressão, como lado a lado com ele estão ensaiando os passos que nos levarão à Democracia e à verdadeira Independência Nacional. As F. A. e o seu movimento trabalham abnegadamente para que se alcancem os objectivos nacionais de democratização política e económica, descolonização e verdadeira independência. Disso já deram provas e continuam a dá-las diariamente, sacrificando muitos momentos de descanso e por vezes a própria família. Temos a consciência da extraordinária responsabilidade que assumimos perante o povo, e da total confiança que o povo em nós depositou saberemos assumir a nossa responsabilidade e sermos dignos dessa confiança, que nos dá forças para aumentarmos a nossa firmeza e determinação à medida que aumentam as dificuldades e obstáculos.

Sabemos que as Forças Armadas estão à altura da sua missão funda-

(Continua na pág. 6)

#### Neste número:

- \* Mensagem de Ano Novo do Presidente da República
- \* A Conferência de Imprensa da C. C. P. do M. F. A.
- \* Agricultura: uma questão em foco
- \* Poster de João Abel Manta

NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A.

FORÇA AÉREA

A Assembleia de delegados reuniu-se no passado dia 21 de Dezembro. Presentes o C. E. M. F. A. general Mendes Dias e o general Freire da J. S. N., além dos delegados de todas as bases e serviços da Força Aérea.

Num ponto prévio foram apresentadas algumas moções, nomeadamente uma sobre o processo de descolonização em Cabo Verde. Grande parte da reunião e depois de uma exposição do C. E. M. F. A., debateu-se a constituição da delegação da Força Aérea à Assembleia do M. F. A. Na parte final da reunião o major Canto e Castro, conselheiro de Estado e membro da C. C. P. fez uma exposição sobre vários aspectos da actual situação portuguesa.

aspectos da actual situação portuguesa.

EXÉRCITO

Dia 21 de Dezembro realizou-se na sede do M. F. A. (I. A. E. D. N.) mais uma reunião do Conselho do Exército.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DO M. F. A.

Como já foi largamente anunciado nos diversos órgãos de informação realizaram-se duas reuniões da Assembleia de Delegados nos dias 28 de Dezembro e 3 de Janeiro.

M. F. A. EM TIMOR

Foi eleita a Comissão Coordenadora do M. F. A. de Timor; na reunião foi aprovado por aclamação um voto de confiança e apoio à Comissão Coordenadora de Lisboa.

M. F. A. PRESENTE

No passado dia 22 de Dezembro uma delegação de oficiais do M. F. A. assistiu, a convite, ao Congresso do Movimento da Esquerda Socialista (M. E. S.).

IMPRESNA MILITAR



O Regimento de Infantaria n.º 10 de Aveiro tem como boletim informativo "SENTINELA DO VOUGA".

Do n.º 1 (2.ª Série), de Dezembro, transcrevemos o artigo intitulado "Especialmente para os Recrutados".

ESPECIALMENTE PARA OS RECRUTAS

Na realidade portuguesa actual o Movimento das Forças Armadas desempenha um papel fundamental, que como é sabido, se veio igualmente reflectir na maneira como é ministrada a Instrução aos Soldados Recrutados.

O PAPEL DE INSTRUTOR OU MONITOR é agora mais importante que nunca: amparar os recrutas, aplanar-lhe as dificuldades, consciencializá-los para a ordem e disciplina, ensiná-los a respeitar as hierarquias, informá-los amiudadamente dos fenómenos sociais, económicos e políticos que constantemente vão correndo.

Por último, e isso não é o menos importante, compete ao instrutor e monitor ajudar os recrutas a interpretar e enquadrar correctamente as liberdades decorrentes do 25 de Abril, pois a visão distorcida e deturpada das mesmas os pode levar muitas vezes a tomar atitudes arrogantes e menos dignas.

A IMPORTANCIA DOS SOLDADOS RECRUTADOS que vão a partir de agora inserir-se verdadeiramente nas Forças Armadas, é outro aspecto essencial que se deve destacar. Essa importância desdobra-se fundamentalmente em duas linhas de força: VIGILANCIA E ESCLARECIMENTO.

VIGILANCIA, porquê? Por que é falsa esta frase que se ouve ultimamente dizer com insistência: "a guerra acabou". A guerra não acabou. Acabou sim, ou está em vias disso, a odiosa guerra colonial. Mas temos outra guerra. Aquela que dia a dia se vai tramando na sombra, que pouco a pouco vai tentando minar e escavar a fortaleza democrática construída com o 25 de Abril como aconteceu recentemente em 28 de Setembro. É necessário, pois, estarmos vigilantes; e todos nós, que fazemos agora parte das Forças Armadas deveréis saber pegar em armas se necessário for para que não voltem os salários de fome, a opressão, a exploração dos trabalhadores, os crimes da P. I. D. E. e tantos outros terrores do antigo regime.

crimes da P. I. D. E. e tantos outros terrores do antigo regime.

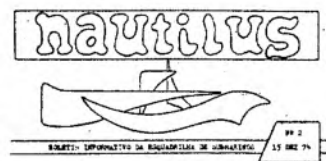
Se for necessário travar outra guerra, essa já será uma guerra justa, pois será para defender o povo, esse Povo de que nós fazemos parte. Uma Nação não pode sobreviver independentemente e autónoma sem um Exército: calhou agora a vossa vez de fazer parte desse Exército, nesta altura em que lhe foi restituída a dignidade que lhe tinha sido roubada durante 48 anos. Fazei tudo para que ela se não perca de novo. Vós sois preciosos às Forças Armadas que é o mesmo que dizer que o Povo precisa de vós; Forças Armadas e Povo são uma e a mesma coisa, como duas faces de uma moeda que não se podem separar.

para defender o povo, esse Povo de que nós fazemos parte. Uma Nação não pode sobreviver independentemente e autónoma sem um Exército: calhou agora a vossa vez de fazer parte desse Exército, nesta altura em que lhe foi restituída a dignidade que lhe tinha sido roubada durante 48 anos. Fazei tudo para que ela se não perca de novo. Vós sois preciosos às Forças Armadas que é o mesmo que dizer que o Povo precisa de vós; Forças Armadas e Povo são uma e a mesma coisa, como duas faces de uma moeda que não se podem separar.

A outra linha de força a que me referi foi esclarecimento.

ESCLARECIMENTO, porquê? Pois na vossa vida lá fora, vós podeis continuar a ser úteis às Forças Armadas e ao Governo Provisório na sua luta pela democratização do País. Como? Nas vossas vilas e aldeias, nos vossos empregos e ocupações, junto das vossas famílias e dos vossos amigos ajudando a destruir tantas e tantas ideias confusas, tantos terrores infundados nos novos destinos do País. Ideias e terrores alimentados na maior parte dos casos pela reacção, pelos saudosistas da paz podre em que vivíamos ou por aqueles que vêm ameaçadas as escandalosas vantagens que disfrutam.

"NAUTILUS" é o Boletim Informativo da Esquadilha de Submarinos. O n.º 2 de Dezembro de 1974, além de um editorial, inseriu noticiário sobre as comissões de bem-estar, artigos de iniciação política, etc.



Recebemos o número de Outubro do Boletim do G. D. A. C. I. da Força Aérea, de que transcrevemos o artigo intitulado "A reacção não dorme".



A REACÇÃO NÃO DORME

O movimento revolucionário do 25 de Abril pôs termo a uma determinada forma de governo que, intimamente ligada ao capital monopolista e ao imperialismo estrangeiro, oprimia e explorava o povo português.

Derrubado esse governo fascista é muito natural que as classes protegidas pelo mesmo comecem a organizar-se para que o processo de democratização, em que todos estamos empenhados, não consiga atingir os seus objectivos. As provas dessa organização da reacção já são numerosas e os seus objectivos bem definidos: o regresso às formas ditatoriais, ainda mais repressivas, anteriores ao 25 de Abril.

Este último ataque organizado da reacção resultou numa brilhante vitória das forças democráticas e do M. F. A.

Quanto a nós esta última tentativa de contra-revolução foi um apalpar de terreno, um teste à unidade do povo com o M. F. A. Saiu-lhes o tiro pela culatra. Mais uma batalha foi vencida mas, parece-nos que a luta continuará e assumirá formas mais duras. Temos que contar não só com o inimigo radicado no interior mas, inclusivamente, com o apoio a todos os níveis que, o mesmo receberá de potências imperialistas estrangeiras, interessadas em manter a sua dominação.

Esteve sempre no espírito revolucionário do 25 de Abril fazer a revolução sem que corresse sangue nos campos de Portugal. Esse ideal tem sido cumprido mas, como se pode concluir dos últimos acontecimentos, a reacção não olha aos meios para fazer virar as suas posições.

É urgente que se continue a neutralizar toda essa acção contra-revolucionária; que, se toma medidas enérgicas e decididas contra todos os inimigos e sabotadores do processo de democratização que estamos empenhados em levar a cabo guiados pelo Programa do M. F. A.; é, mais do que nunca, imperioso a unidade do Povo e de todas organizações democráticas com o M. F. A. e o Governo Provisório para que se desmascare e derrube o verdadeiro inimigo da democracia em Portugal.

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Continuamos hoje a publicação da lista dos donativos recebidos:

Table listing donors and amounts for the Armed Forces, including categories like Proprietários e Pessoal da Quinta da D. Rita, Empregados da Firma Cassiano Alves Bandeira, etc.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINARIA

Table showing subscription amounts for 'VIA ORDINARIA' in Continente, Ultramar e Brasil, and Estrangeiro.

VIA AÉREA

Table showing subscription amounts for 'VIA AÉREA' for Ilhas Adjacentes, Ultramar, Espanha, Brasil, Países Europeus, and Países Não-Europeus.

Os assinantes até ao dia 31 de Dezembro de 1974 têm direito a colecção completa desde o n.º 1.

PEDIDOS A:

DISTRIBUIDORA "O SÉCULO", Rua do Século — Lisboa

\* Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora "O Século", Rua do Século, 41 e 63, Lisboa.

# MENSAGEM DE ANO NOVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PAÍS

O Presidente da República, general Costa Gomes, dirigiu ao País a seguinte mensagem de Ano Novo:

**“Portugueses:**  
“Hoje é o Dia Mundial da Paz. Aparentemente, o conceito de Paz é de uma evidência tão natural que, desde logo, seria um tema exausto.  
“Para o analisar começemos por referenciá-lo em quatro planos fundamentais:

- A Paz interior do Homem consigo mesmo;
- A Paz na relação entre indivíduos;
- A Paz entre os vários grupos sociais;
- A Paz entre os Povos do Mundo.

“Teremos o primeiro ângulo da complexidade do tema.  
“Consideremos que do mistério da Vida sempre se insere uma marca dialéctica nos conceitos humanos.  
“O fenómeno existencial tende a oscilar no quadrante cujos extremos limites são a Paz digna e a luta injusta. Aqui reside um segundo ângulo da complexidade da Paz.  
“Finalmente verifiquemos que Paz pode parecer um bem absoluto; mas que diríamos da Paz interior dos homens marginais? Que diremos da Paz das relações explorador-explorado e da Paz social dos Povos oprimidos por extremismos totalitários?  
“Nestas dúvidas assenta o fulcro maior da complexidade real do conceito de Paz.  
“Como corolário haveremos de concluir:

- A Paz é aspiração, é vocação imanescente no Homem, quer no plano individual da consciência, quer no plano sociológico das relações intergrupais, quer ainda no plano global das relações entre os Povos.
- A Paz, no entanto, não é um dom natural como o ar que respiramos; a Paz defende-se e constrói-se com trabalho, compreensão, paciência, amor, tolerância, coragem, sacrifício e uma atitude crítica de vigilância permanente para o nosso Mundo interior e para o Mundo exterior onde devemos ser causa e consequência de uma Paz autêntica.
- A Paz exige o esforço anónimo e permanente de cada um de nós e terá

que se subordinar aos conceitos superiores do Bem e da Justiça ao serviço do Homem e dos Povos.

“Se as minhas palavras, a vossa atenção e os nossos propósitos contribuírem um átomo para a manutenção e sublimação da Paz em Portugal teremos celebrado bem este Dia Mundial da Paz.

“O dia de hoje é também a primeira página que se volta sobre o ano de 1974, onde a Revolução de 25 de Abril foi acontecimento grande nas Histórias de Portugal e do Mundo.

“O balanço imediato de 1974 é um risco ingrato, mas teremos que o fazer para traçar o rumo de 1975.

“Os jovens oficiais a quem devemos o 25 de Abril ofereceram ao País um programa suficientemente genérico para dar ao Povo ampla liberdade de escolha quanto ao esquema político a preparar.

“Esta redacção genérica era indispensável, constituiu uma solução inteligente e sensata.

“Como tudo na vida teve os seus inconvenientes. Foi um testamento interpretado consoante os credos dos vários herdeiros da Liberdade que oferecia.

“Tem sido a própria dinâmica da Revolução, o jogo das forças políticas, a formação acelerada de uma opinião pública politizada, a pressão de classes e grupos à procura da sua dimensão válida, que vem clarificando a situação política transitória.

“A medida que o testamento do M. F. A. se foi e vai clarificando surgem os herdeiros descontentes, porque lhes não agrada a liberdade e a esperança da maioria dos seus irmãos.

“Encerrou-se em 1974 uma primeira fase de aprendizagem político-social em que o Povo português demonstrou alto civismo e revela capacidade para reconstruir uma sociedade, pela via democrática autêntica e livre.

“Terminou o ano com alguns homens e correntes de pensamento, oportunistas da liberdade, vendendo mitos e explorando as turbulências e desvios que provocam.

“Como saldo entendo afirmar categoricamente que em oito meses se fizeram experiências políticas e sociais muito válidas conduzidas por homens saídos do Povo e ao serviço do Povo.

“O fenómeno descolonizador em que nos empenhámos progrediu em bom ritmo; nem sempre se aproximou da rota idealista que sonhámos, mas a inspiração e o talento político realista têm sabido imprimir-lhe um curso original, mais fecundo, mais humano e mais eficaz do que muitas experiências anteriores conduzidas com meios muito mais amplos.

“Angola constituiu neste momento o problema mais complexo, o que nos exige mais carinhosa preocupação; tem dificuldades compreensíveis pela circunstância da sua vastidão ter originado várias correntes emancipalistas.

“Com a paciência, inspiração e boa-vontade de todos os responsáveis poderemos rapidamente atingir uma situação de equilibrado entendimento, uma plataforma firme para que o Mundo possa ver instituir-se um grande país sem graves sacrifícios do Povo que o vivifica.

“Na democratização de Portugal a quantidade e a essência da legislação saída é considerada pequena e tímida por uns, excessiva e arriscada por outros; quererá isto dizer que se tenha conseguido um compromisso aceitável entre rapidez e ponderação, entre necessidades de fundo e limitações de um Governo Provisório? Cremos que sim.

“Criaram-se novos conceitos na vivência do mundo do trabalho, embora trabalhadores e empregadores, sindicatos e associações patronais, tenham muito que cooperar e melhorar na definição de relações mútuas mais dignas e mais fraternas, mais justas e mais iguais.

“A Informação pública subitamente livre é um festival capitoso, uma fonte poderosa de força popular. Muito de autenticamente bom e livre irrompe da ganga do conformismo e do oportunismo.

“Homens das letras, dos sons e das imagens, leitores, ouvintes e espectadores, todos temos ainda muito a aprender e progredir no sentido da autenticidade, da liberdade e do respeito mútuos necessários a uma informação ainda mais digna.

“A democratização do ensino timidamente aflorada no regime anterior, necessita de tantos meios materiais e humanos que irão levar anos a reunir,

se não nos unirmos todos em esforço conjunto de recuperação.

“As medidas legislativas tomadas actuarão no campo da gestão, dos programas e da avaliação de conhecimentos mas serão apenas uma primeira experiência-piloto no aspecto qualitativo de toda uma obra gigantesca a alargar a todos os jovens do Portugal do futuro, sem distinção das classes ou recursos económicos das respectivas origens.

“Ministério, organismos, professores, empregados e alunos quanto terão a realizar para obter e aplicar os meios, a organização, a metodologia e programação adequados ao verdadeiro Portugal? Quanta generosidade e paciência, diálogo e esclarecimento, para banir relações e comportamentos radicalizados pelo ambiente estéril do passado.

“Não poderei esquecer outro sector fundamental, o económico-financeiro.

“A alteração súbita das relações capital-trabalho, em busca do equilíbrio justo ainda não alcançado, minaram a confiança dos investidores menos corajosos.

“A tendência atista das matérias-primas, nos novos níveis salariais, a falta de organização e de técnica, a impreparação dos gestores, os negócios de rentabilidade marginal ou radicados na distorção do mercado, tudo se conjugará para liquidar algumas centenas de empresas inatáveis num Portugal actualizado, e levará seu tempo a criar alguns milhares de outras, mais úteis e necessárias.

“A recessão do turismo, a diminuição das remessas dos emigrantes menos esclarecidos, a correria aos bancos a levantar o dinheiro que se entesoura inutilmente, tudo contribui para diminuir os meios de investimento e a criação de novos postos de trabalho.

“Esperamos meses difíceis. O plano económico a publicar dentro de dias, algumas medidas de emergência, a coragem dos empresários e sobretudo a vontade dos trabalhadores para trabalhar mais e produzir melhor, são indispensáveis para suprir uma crise que se agudizou desde Novembro de 1973.

“Com o aumento dos níveis salariais mais baixos que permitirá a entrada de mais pessoas nos circuitos económicos, e com a redução contínua

das despesas militares que permitirá investimentos estatais mais reprodutivos, não é preciso ser profeta para prever que se vão criar condições para, dentro de dois anos, termos uma evolução económico-financeira nitidamente favorável, desde que saibamos criar um clima de confiança nas relações dos factores de produção.

“Tenho fé e esperança. Faremos um Portugal mais próspero com uma riqueza mais justamente distribuída.

“A fechar o “balanço-1974”, referirei o sector da política externa onde o saldo positivo da Revolução é francamente alto, talvez espectacular. De um Povo envergonhado, folheando pergaminhos heróicos do passado, renasceu um Povo orgulhoso do seu presente, que a sociedade internacional olha com simpática expectativa. Eramos um País mal tolerado mesmo no Ocidente que dizíamos defender, somos agora um País ao qual, sucessivamente, se vão abrindo as portas de todos os quadrantes do Mundo.

“Saberemos ser dignos de nós próprios, exigiremos os nossos legítimos direitos na sociedade internacional em relação à qual cumpriremos os deveres a que livremente nos vinculáremos.

“Vou terminar com um sentido apelo a todas as mulheres e homens do Povo a que pertenço.

“Vamos entrar num período económico difícil; sejamos sensatos e comedidos nos nossos anseios e exigências; sejamos eficientes e desmedidos nos trabalhos e esforços que nos couberem.

“Vamos entrar num trimestre eleitoral com o ansioso nervosismo de participar nas primeiras eleições autênticas; sejamos serenos nas atitudes emocionais; procuremos desintoxicar-nos da propaganda autocrática do antigo regime, mas evitemos deslumbrar-nos com correntes de pensamento demagógicas do presente; votemos esclarecidamente em partidos autênticos que nos provem a sua vocação de contribuir para uma democracia pluralista e livre.

“Vamos todos às urnas com sinceridade e recta intenção, determinados a exigir sinceridade e recta intenção aqueles em quem votamos.

“Para o nosso país vão os meus desejos de toda a felicidade e prosperidade possíveis em 1975.”

## AGRICULTURA: UMA QUESTÃO EM FOCO

O conceito de desenvolvimento tem de tomar-se de uma forma ampla que não se circunscreve, por essa razão, a uma simples expansão económica. Desenvolvimento não significa apenas aumento quantitativo da produção; ele visa também e sobretudo a distribuição equitativa dos rendimentos e a larga participação da população e de todos os trabalhadores nas instituições económicas, sociais e políticas.

De certo modo pode afirmar-se que a moça real do progresso não só económico como também social e cultural reside na industrialização. No entanto, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não se pode subestimar o papel da agricultura no processo de desenvolvimento, principalmente nos países, como o nosso, que não podem considerar-se como industrializados e onde o sector agrícola ainda ocupa posição relevante. É ao fazê-lo é necessário verificar se a agricultura se acha estruturada de maneira a responder efectiva e convenientemente às exigências do desenvolvimento económico global. No caso negativo, a adopção de medidas concretas e eficazes que levem à criação daquele condicionalismo assume posição prioritária.

Há países onde uma relativamente pequena percentagem da população agrícola controla uma parcela muito

importante da terra arável. Esses grandes proprietários, da mesma forma que os grandes empresários capitalistas do sector, colhem os principais benefícios da actividade agrícola, detendo por outro lado nas suas mãos, em consequência da sua própria posição social e económica, os restantes meios de produção: crédito agrícola, assistência técnica, rede hidro-agrícola efectuada na maior parte dos casos à custa da população, estradas, electrificação, etc. Tudo isso se soma no poder que esses grandes proprietários e capitalistas têm no acesso a factores modernos de produção e aos mercados nacionais e internacionais, reforçando ainda mais a sua posição socio-económica. Além de tudo isto, uma larga percentagem da população agrícola, composta principalmente de pequenos e médios produtores e de trabalhadores agrícolas, não só se encontra praticamente privada de terra arável (ou quando a têm é numa dimensão bastante exigua que mal dá para o seu sustento) como também não possui as vantagens e as possibilidades dos grandes proprietários e dos grandes capitalistas agrários, como já se disse acima. Daí viverem esses camponeses na miséria. Daí igualmente a impossibilidade de desenvolvimento da agricultura e, por consequência, tal como fizemos notar atrás, de toda a

economia. Em países onde se verifique circunstâncias deste tipo, alerta-nos O. Lange (1), cria-se a necessidade de realizar reformas na estrutura social da agricultura de modo a superar situações impeditivas do seu desenvolvimento. A reforma agrária, acrescenta mais adiante aquele economista, aparece como uma medida indispensável para o êxito de uma política de progresso.

Se nos basearmos no Inquérito às explorações agrícolas levado a cabo no ano de 1968, constatamos que em Portugal a estrutura agrária apresenta características próximas das que se apontaram anteriormente. Efectivamente, cerca de 78 por cento do número de explorações tem menos de 4 hectares, ocupando apenas 15 por cento da superfície agrícola útil, enquanto que as explorações com mais de 200 hectares representam aproximadamente 0,5 por cento do total e abrangem perto de 40 por cento da área útil para a agricultura. A situação torna-se ainda mais gritante se se tiver em conta, tal como demonstraria a subdivisão da última classe de área incluída no quadro seguinte, que as explorações superiores a 1000 hectares ocupam, na verdade, mais de 20 por cento da nossa superfície agrícola útil.

ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (2)	
Classes de área (ha)	
0,05 — 1	1
1 — 4	4
4 — 20	20
20 — 200	200
mais de 200	200
% do total	
	38,6
	38,6
	18,8
	2,9
	0,4
% da superfície	
	2,5
	12,4
	23,6
	21,7
	39,6

Esta circunstância justifica a necessidade de se transformar a nossa estrutura agrária de maneira a criarem-se progressivamente as condições para uma repartição dos rendimentos de acordo com o trabalho produzido. São estes, entre outros, os objectivos de

uma autêntica Reforma Agrária, que mais não é do que um conjunto de medidas que levem efectivamente à liquidação das relações de produção feudais, semifeudais ou quaisquer outras de tipo antagónico na agricultura, entre as quais se encontram as que resultam da estrutura da propriedade fundiária e da consequente legislação sobre arrendamento rural. O peso de uma estrutura deste tipo — das explorações e da propriedade — não se sente apenas através da extensão relativamente importante das terras que estão nas mãos de grandes proprietários, mas também das injustiças que daí advêm. Pejudicial no plano social, este sistema não é o menos no plano económico: subutilização da terra, de que temos vários exemplos no Alentejo e em outras regiões do País, desvio dos rendimentos provenientes da sua exploração para circuitos que nada têm a ver com a produção agrícola nem com ela estão relacionados, utilização das rendas das terras em despesas de luxo ou em investimentos extra-agrícolas não-reprodutivos, etc.

Uma política de Reforma Agrária terá, pois, que ter em atenção, que os grandes latifúndios e limitar substancialmente as grandes explorações



## A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

No dia 31 de Dezembro a C. C. P., deu nos Altos Estudos da Defesa Nacional uma conferência de Imprensa.

Apesar dos diversos órgãos de informação terem dado larga cobertura ao acontecimento, transcrevemos na íntegra a conferência. Julgamos que este texto auxiliará os militares a uma mais profunda reflexão sobre a opinião do M. F. A. sobre os vários aspectos da Vida Nacional.

### O M. F. A. NÃO ENJEITA AS RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS, PERANTE O POVO PORTUGUÊS. A DEMOCRACIA NECESSITA DE SER AMPARADA E GARANTIDA

#### 1.º GRUPO DE QUESTÕES

##### DIÁRIO DE LISBOA

— Certos sectores, ainda que surgindo com toda uma aparente sinceridade democrática, advogam e parecem desejar o regresso do M. F. A. aos quartéis. Os meios mais reaccionários é isso que desejam. Pensa a C. C. P. que esse regresso poderá ser feito sem perigo do desmoronamento de todo o processo democrático?

— A institucionalização definitiva do M. F. A. não será o único processo de garantir os objectivos do 25 de Abril?

— Quais os obstáculos que se opõem a essa institucionalização?

##### CAPITAL

— Após a formação da Assembleia Legislativa que, em princípio, poderá verificar-se em Outubro do próximo ano prevê o abandono, por parte do M. F. A., de uma actividade política circunscrevendo-se esta aos direitos dos seus membros como cidadãos? Em caso negativo, como se prevê que o M. F. A. possa inserir-se no quadro político nacional?

##### DIÁRIO DE NOTÍCIAS

— Caso não se dê a participação na Constituinte, como vê a C. C. P. a possibilidade de continuar a intervir, como largos sectores entendem impôr-se, na evolução da situação política portuguesa em ordem à consolidação da democracia?

— Segundo o Programa do M. F. A., a J. S. N. deveria exercer o poder político até à formação de um Governo Provisório Civil. De civil esse Governo passou parcialmente a militar e a J. S. N. deixou de assumir aos olhos do povo a preponderância que tinha logo após o 25 de Abril, lugar que, gradualmente, foi cedendo ao próprio M. F. A.

Qual é a opinião da C. C. P. quanto à possibilidade de a nova democracia se tornar frágil, se o M. F. A. se limitar, após as eleições, conforme já foi anunciado, a uma actividade puramente defensiva da integridade nacional?

##### DIÁRIO DE LISBOA

— Ao longo destes 8 meses têm surgido diversas crises e a imagem que surge no exterior é de que, de tempos a tempos, aparecem organizações ou

grupos que pretendem criar as condições necessárias à diluição do M. F. A. na hierarquia tradicional e numa pretensa legalidade. Esta imagem corresponderá a uma realidade?

#### RESPOSTAS

As perguntas feitas levam-nos a uma questão da maior actualidade que nos parece ser a síntese de todas as interrogações formuladas.

Qual o futuro do M. F. A.?

Antes de, de uma forma "seca", respondermos dar imediata resposta, a essas interrogações, interessa repensar um pouco sobre a evolução que, sob determinada óptica o processo sofreu após o 25 de Abril.

Com a acção militar então decorrida surge à face do próprio Movimento a definição dos órgãos de soberania. Essa definição deixava "omissa" a fórmula de participação de todo o M. F. A. Sabe-se que surgiram correntes e que sem dúvida, determinados sectores, embora minoritários remetiam-no, referimo-nos ao movimento, aos quartéis, já que segundo esses sectores, a representatividade do M. F. A. ficaria a cargo da J. S. N. e da C. C. P. (membros também do C. E.).

Falava-se em representatividade e bem, já que esses membros teriam que ser fieis intérpretes do pensamento e vontade revolucionários, que inspirou larga camada de jovens militares. E estes logicamente teriam que por processo adequado fazer chegar as suas obrigações de colaboração, aos escalões executivos, seus representantes. O dinamismo do processo revolucionário exigia assim uma reestruturação do M. F. A. que institucionalizado, poderia ser o garante de todo o processo e alargá-lo a todas as FA.

Só após o 28 de Setembro tal realidade foi compreendida e logo que eleita nova Junta de Salvação Nacional se iniciaram os trabalhos que breve conduziriam à institucionalização do M. F. A.

Surgem assim dentro do Movimento os órgãos já conhecidos como:

- O Conselho Superior do Movimento (20).
- A Assembleia do M. F. A.
- Os Conselhos dos diferentes ramos, etc., etc.

Estavam agora criadas as condições para em conjunto os militares analisarem o curso dos acontecimentos políticos o que até então não tinha sido possível concretizar.

Se atentarmos que do próprio programa se extrai que o sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação, e que se comprometia o M. F. A. como plataforma necessária garantir a adopção de medidas, todas elas expressas no programa, lógico seria que em consciência se procurasse fazer como que um balanço. Sem dúvida que muito de positivo e algo mesmo quase transcendente se operou.

Não obstante quanto a medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos:

Quanto a uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.

Quanto a uma nova política social que, em todos os domínios, será posta ao serviço do Povo Português, defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.

Quanto a todas estas medidas dizíamos se apercebeu o M. F. A. de que para além de correcções introduzidas e dos esforços feitos, muito havia por concretizar, e assim, lhe cabia de momento a responsabilidade de como se disse se repensar e reforçar.

Paralelamente, ao 2.º Governo Provisório surgiam momentos de idênticas interrogações e ajustamentos. Daí o reforço de unidade dentro do Movimento, daí a consciencialização da sua responsabilidade, daí a obrigatoriedade de ter de admitir tal como o M. F. A. proclamou ao País:

— A obrigatoriedade de zelar pelas, já referidas plataformas mínimas.

Esta a gênese da questão.

Qual o futuro do M. F. A.?

A exposição já feita permite responder, agora com mais objectividade, aos problemas que nós consideramos fundamentais no grupo de questões apresentadas.

#### 1. Institucionalização do M. F. A.

Consideramos que a institucionalização agora, ou mais tarde, do M. F. A., é problema de somenos importância.

A lei é fruto da prática, pois só assim, os decretos vertidos no papel, possuem a legitimidade real que nos permite cumprir.

Portanto a institucionalização formal do M. F. A. é um fenómeno natural, resultante da própria dinâmica em curso.

#### 2. Relações J. S. N.-M. F. A.

A J. S. N. é o órgão supremo institucionalizado pela Revolução.

Para actuar, necessita de estar permanentemente a par da vontade de quem o criou (o M. F. A.).

Esta a razão porque, a partir de 28 de Setembro, há uma ligação profunda e permanente da J. S. N. com o M. F. A.

3. Continuação ou não do M. F. A. além do período pré-democrático que terminará cerca de Outubro próximo.

Nunca se pôs, nem nunca se porá a questão de terminar com o M. F. A. em qualquer momento. Isto para o próprio M. F. A.

O M. F. A. durará enquanto existirem Forças Armadas, porquanto estas estão-se transformando aceleradamente, no M. F. A.

O Movimento das Forças Armadas é o mesmo que Forças Armadas em Movimento.

4. Intervenção política do M. F. A. na vida nacional além da Assembleia Legislativa.

A prática da Revolução Portuguesa parece mostrar que a terra democracia que haverá (este é o ponto de honra do M. F. A.) de surgir institucionalizada cerca de Outubro próximo (com a entrada em funções da Assembleia Legislativa e outros órgãos do Poder), que essa terra democracia, dizíamos, necessita de ser amparada e garantida, tendo em vista o seu enraizamento profundo na sociedade de todos nós.

O M. F. A. não enjeita as responsabilidades que assumiu perante o Povo Português. O M. F. A. está pronto a contribuir para esse enraizamento, em ligação estreita com todas as forças progressistas e democráticas.

#### 2.º GRUPO DE QUESTÕES

##### DIÁRIO DE LISBOA

— O problema da participação ou não do M. F. A. na Constituinte. Quando haverá uma decisão final?

### PARA QUE O MOVIMENTO NÃO SEJA A EXPRESSÃO DE UM SIMPLES LEVANTAMENTO MILITAR, MAS SE CONVERTA NUMA AUTÊNTICA REVOLUÇÃO QUE CONCRETIZE AS ASPIRAÇÕES DO POVO

#### 3.º GRUPO DE QUESTÕES

##### DIÁRIO DE LISBOA

— Da última reunião de delegados das FA poderá concluir-se que vão surgir em curto prazo as leis necessárias para o progresso da resolução de 25 de Abril?

##### RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

— É evidente a necessidade de saneamento no âmbito do Ministério da Justiça. Considerando o futuro julgamento de fascistas (caso dos Pides entre outros) e a recente libertação dos detidos por acusação de sabotagem económica, que pensa a C. C. P. do legalismo que tem sido aplicado em substituição da legitimidade revolucionária que o M. F. A. impôs em 25 de Abril?

— A recente Assembleia de Delegados do M. F. A. aprovou a decisão de se promulgarem leis revolucionárias. Dada a sua urgência:

- a. Para quando essa promulgação?
- b. Quem as porá em prática?
- c. Sobre que matéria insidirão?
- d. Estarão relacionadas com a extinção definitiva das muitas erupções fascistas existentes a par de domínio ainda efectivo dos monopolistas e latifundiários?

##### DIÁRIO POPULAR

— Tem vindo a público, nos últimos dias, expressa ao nível do M. F. A. a ideia da necessidade de promulgação de uma legislação adequada à revolução. É possível neste momento adiantar algo mais quanto ao conteúdo dessa ideia?

— É possível saber-se quando e por que instâncias serão julgados os expeditos mais responsáveis bem assim como destacadas figuras do regime fascista, entre as quais por exemplo o Almirante Henrique Tenreiro?

##### RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

— O brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho afirmou em entrevista ao R. C. P. que o M. F. A. terá sempre uma palavra a dizer em tudo o que for decisivo nas Constituintes. A Coordenadora subscreve esta afirmação?

##### CAPITAL

— Diversos têm sido os oficiais das FA que se têm pronunciado quanto à participação ou não do M. F. A. nas eleições para a Constituinte. Pergunta-se: Já está decididamente decisivo que essa participação não se verificará?

##### DIÁRIO DE NOTÍCIAS

— Qual a posição da C. C. quanto à participação na Constituinte?

#### RESPOSTAS

Perante o Povo Português, a responsabilidade que o M. F. A. assumiu em 25 de Abril, mantém e não pretende alienar, implica necessariamente uma vigilância atenta e uma participação activa em tudo quanto disser respeito à Democracia que tem de defender e ajudar a construir. É neste contexto que o problema da Constituinte deve ser encarado; falta apenas definir a forma pela qual essa vigilância deverá ser exercida uma vez que a vontade política do Movimento é inabalável quanto à defesa dos interesses democráticos. Entretanto, aguardamos ainda que a decisão suba das bases do M. F. A. até à C. C. P. como aliás tem vindo sempre a ser feito desde que a ideia da Revolução nasceu entre nós.

##### DIÁRIO DE LISBOA

— As FA tencionam continuar a adoptar medidas drásticas anti-corrupção?

#### RESPOSTAS

Problema da legalidade Revolucionária e da actuação Revolucionária.

Torna-se evidente a necessidade de em todo o processo iniciado em 25 de Abril se manteve uma coerência revolucionária, para que o Movimento não seja a expressão dum simples levantamento militar, que seria incapaz de resolver as contradições da sociedade portuguesa, mas se converta numa autêntica revolução que concretize as aspirações do Povo.

Neste contexto se se torna necessária a implantação duma legalidade revolucionária, o que é evidente, essa legalidade não poderá ser o resultado de leis mais ou menos abstratas, havendo, como muitas vezes se nota ainda, a tendência para decalcar modelos da legalidade fascista, mas sim o resultado de actos concretos que em cada momento sejam uma resposta aos problemas objectivos que há que vencer, resposta essa que será função da capacidade revolucionária existente em cada momento.

Cometem portanto um erro, todos quantos pensam que será um texto escrito — lei, programa, plano, o que Fôr — que irá resolver sozinho, situações concretas.

As situações resolvem-se pela prática adequada que concretize uma análise objectiva de cada situação ao, análise essa que terá que ter em conta, necessariamente, as relações das forças em presença. Isto implica a adequação de cada resposta a cada problema.

Só assim tem sido possível ao M. F. A. superar as crises que têm surgido e ir consolidando, o que é um facto, a



## A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

sua consciência revolucionária, em íntima consolidação, o que é um facto, a sua consciência revolucionária, em íntima comunhão com o Povo, com cujos objectivos se identifica cada vez mais.

Que assim é, o Povo o tem dito. Se assim continuarmos, e a tal dedicamos todas as nossas energias, estamos seguros que em cada momento surgirão as respostas ou leis adequadas à resolução dos problemas concretos que se nos põem e assim a consolidação da resolução será um facto, resolução que terá que ser o processo que resolva as contradições objectivas da nossa sociedade e o julgamento revolucionário de todos os responsáveis e sustentáculos do estado fascista que nos submergiu durante meio século e de todos os que pela sua prática, após o 25 de Abril, se opõem à Revolução.

Assim, dessa prática revolucionária, imposta pelas situações concretas, está nascendo a necessária legislação que institucionalizará, de forma positiva, aquela prática, permitindo uma actuação coerente e imparcial dos órgãos que administrarão a justiça.

### 4.º GRUPO DE QUESTÕES

#### DIÁRIO DE LISBOA

— O M. F. A. estará atento ao aproveitamento da ignorância e atraso de muitas populações dos meios rurais pelos sectores políticos vinculados ao regime anterior mas que surjam agora no acto eleitoral com uma capa democrática?

#### RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— Os relatórios elaborados sobre as primeiras campanhas de dinamização do M. F. A. demonstram um elevado grau de despolitização das populações, manipuladas e intimidadas pelas forças reacçãoárias locais, a maior parte não saneadas. Pensa que este facto poderá ter algum peso na decisão do M. F. A. participar ou não nas Constituintes?

### RESPOSTAS

Os 48 anos de regime fascista, em que falar de política era crime, para os outros, pois políticos só podiam ser os do partido no governo, ou sejam os fascistas, fizeram com que o povo português, nomeadamente o rural estivesse quase totalmente despolitizado.

Para isso contribuiu todo o sistema daquele regime e não interessa estar agora a escarpelizar esses factos. O que custa é verificar que as populações que mais teriam de ganhar com a instauração de um regime de feição socialista, continuam a ser as que têm mais medo do papão comunista e outros. De qualquer modo esses aspectos era já do nosso conhecimento ao elaborar o Programa e preconizar uma data como limite do período até às eleições. Poderemos concordar que se "perderam" cerca de oito meses, não efectuação de um programa largo de esclarecimento e politização às populações. Certo, no entanto, tal como foi prometido, tudo fazemos para realizar eleições no prazo previsto. Não poderemos no entanto deixar de estar atentos a todas as possíveis manobras, feitas a coberto de disfarces, mas de qualquer modo isso é de facto mais um pormenor que nos leva ao exercício da

vigilância e participação efectiva no processo democrático, em curso, como já aqui foi dito.

### 5.º GRUPO DE QUESTÕES

#### DIÁRIO DE LISBOA

— Alguns jornais publicaram certas afirmações do Sr. Brig. Otelo S. de Carvalho que posteriormente o Sr. Gen. Spínola pretendeu desmentir. O Sr. Gen. Spínola, segundo os jornais, afirmou também que já "procedera militarmente".

Qual o comentário da C. C. P. a este confronto de opiniões e que reflexos poderá ter dentro do M. F. A.?

### RESPOSTA

Sobre este assunto parece-nos de facto que muito sensacionalismo se está a fazer à volta do mesmo. Não nos restam dúvidas quanto à veracidade das declarações do Brig. Otelo S. de Carvalho, pois do assunto já a C. C. P. era conhecedora desde que tal

aconteceu. Aliás não foi a única vez que o Sr. Gen. Spínola fez certas afirmações que poderiam ser aproveitadas, contra ele mesmo, tal como as que estão em causa. No entanto nunca a C. C. P. lhes deu importância, pois as considerou desde sempre inseridas na personalidade do próprio Gen. Spínola. Esta figura de militar muito controverso, cheio de grandes virtudes e grandes defeitos, não deixou de cumprir a missão histórica que lhe estava reservada.

Essa missão foi cumprida, e ainda que mais curta e com mais deficiências do que o M. F. A. esperava no início, parece à C. C. P. que há que encerrar o assunto.

Sobre o chamado "procedimento militar" parece-nos que está tudo respondido com o que acabamos de dizer.

Quanto aos reflexos que tal assunto poderá ter dentro do M. F. A., não nos parece que eles possam ser perniciosos de modo algum, pois desde que a verdade seja dita, isso nunca poderá afectar a união dentro do M. F. A., até porque a clarificação das situações só poderá servir para reforçar a unidade.

## É NA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DO SANEAMENTO E NOS VÍCIOS DA LEGISLAÇÃO QUE O REGULA QUE ESTÃO OS MALES E A INEFICÁCIA DO PROCESSO

### 6.º GRUPO DE QUESTÕES

#### DIÁRIO DE LISBOA

— Ainda sobre sabotagem económica, confirma-se que o C. O. P. C. O. N. estará na disposição de fazer prevalecer e demonstrar a legalidade das prisões efectuadas e que o Juiz Dr. Sá Pereira contestou à luz dos textos fascistas?

#### RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— Considera a C. C. P. que as recentes prisões de capitalistas pode ser considerada no âmbito da estratégia antimonopolista prevista no Programa do M. F. A.?

### RESPOSTAS

De maneira nenhuma estas prisões podem ser consideradas no âmbito da estratégia antimonopolista. Estamos sim dentro de uma luta anticorrupção.

Quanto à estratégia antimonopolista isso é um assunto que terá que ser encarado no âmbito do Programa económico.

Em relação à actuação do C. O. P. C. O. N., ele actuou a pedido do Governo e de acordo com a legislação que o criou a ele C. O. P. C. O. N. De qualquer modo esse assunto parece-nos que já estará respondido no que respeita à entrada em vigor de legislação revolucionária.

### 7.º GRUPO DE QUESTÕES

#### DIÁRIO DE LISBOA

— Quando será publicado o relatório sobre o 28 de Setembro?

#### RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— Quando vem a público os resultados do inquérito sobre a intenção setembrista?

#### DIÁRIO POPULAR

— Várias vezes se anunciam que o comunicado sobre o 28 de Setembro iria publicar-se dentro de dias. Que há sobre essa publicação?

### RESPOSTAS

Embora várias especulações tenham sido feitas sobre o assunto, a verdade é que a resposta para a demora do relatório sobre a intenção setembrista é simplesmente falta de tempo. Os componentes dos diversos órgãos da cúpula que, directa ou indirectamente, estiveram mais ligados ao 28 de Setembro, produziram já os relatos necessários para a análise que se efectuou no "conselho dos 20", e que agora devidamente compilados e juntos num relatório final, depois de aprovado no mesmo conselho será brevemente difundido.

### 8.º GRUPO DE QUESTÕES

#### RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— O saneamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros processa-se de um modo ineficaz o que tem implicações no abandono dos trabalhadores portugueses emigrados e graves reflexos no processo eleitoral. Que pensa a C. C. P. deste estado de coisas?

### RESPOSTAS

O Problema do Saneamento é bastante mais vasto e profundo que aquele focado especificamente na pergunta.

O saneamento no seu contexto mais amplo terá que se traduzir, por um lado, no afastamento de determinada estrutura dos indivíduos com

## O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL TERÁ DE SER ACELERADO

Pela sua importância como definidora das linhas gerais de actuação do M. F. A. transcrevemos a introdução à Conferência de Imprensa lida pelo ten.-cor. Charais:

"Antes de encetar esta breve análise julga-se conveniente, mais uma vez chamar a atenção da Nação Portuguesa que o Programa do M. F. A. não é um documento preenchido com conceitos e proposições rígidas que pretende traçar a régua e esquadro a orientação política, económica e social da Nação. Como Programa de um Movimento não poderá deixar de ser dinâmico, procurando a solução dos problemas surgidos pela aplicação, constantemente ponderada, dos seus princípios gerais orientadores aos dados reais das situações, em cada momento. Tal não poderia deixar de verificar-se pois, a relevância do seu formalismo, sobre o seu conteúdo, levaria, como facilmente se poderá compreender, à estiolação e extinção do próprio Movimento. O Programa, expressão escrita de um conjunto de motivações fundamentais do Povo Português e por ele ratificado em 1 de Maio só poderá considerar-se ultrapassado ou ambíguo apenas por quem dele faça uma leitura formal, sem atentar no seu espírito, espírito este que ressalta claro numa leitura atenta e sem preconceitos, e sem o integrarmos nas condicionantes geo-políticas em que Portugal está inserido."

A não observância das condicionantes atrás referidas levaram, alguns, a considerar como um desvio ao Programa do M. F. A. as soluções adoptadas para o problema ultramarino. Formalmente, não constava, de facto, no Programa, o reconhecimento, por Portugal, do direito dos povos à auto-determinação com todas as suas consequências incluindo a independência. Este princípio, incluído pela comissão de redacção do Programa foi retirado, do seu texto original, após prolongada discussão, por decisão maioritária, dos membros da anterior Junta de Salvação Nacional, na madrugada do dia 26 de Abril. No entanto o desenvolvimento de todo o processo veio demonstrar que, sem uma descolonização eficiente e rápida não seria possível uma política ultramarina que conduzisse à paz e consequentemente uma política que conduzisse à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações, constantes das considerações finais do Programa do M. F. A. Através da Lei n.º 7/74 de 26 de Julho de 1974 e face à situação real do problema ultramarino são materializados, revolucionariamente, os princípios gerais orientadores do Programa neste campo. Em síntese podemos afirmar não ter havido desvio ao espírito do Programa e que o processo de descolonização, um dos seus principais objectivos, tem prosseguido, prestigiando a Nação Portuguesa e permitindo, quase de forma espectacular, o cumprimento de um outro dos seus pontos, o alargamento e diversificação das relações internacionais, com base na amizade e cooperação entre os povos.

A mesma óptica formal foi factor impeditivo da clarificação da situação, e, consequentemente, da marcha do processo revolucionário, durante a vigência do primeiro Governo Provisório. De facto, a interpretação dentro de uma perspectiva legalista conservadora da afirmação de que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte foi um dos factores da sua inoperância. Tal afirmação, no contexto do Programa, apenas deve ser entendida como não competir ao Governo Provisório a definição do sistema político, económico e social em que a Nação passaria a viver. No entanto, são imposições do Programa, que terão de ser cumpridas pelo Governo Provisório, a democratização política, económica e social a todos os níveis, tendo permanentemente como ideia força ou alvo prioritário, os interesses das classes mais desfavorecidas, trabalhadores em geral e operários e camponeses em particular. A clareza da opção do Programa do M. F. A., da qual ressalta um evidente humanismo revolucionário e um inquebrantável sentimento de unidade e independência nacionais, conjugado com os princípios recíprocos, em matéria de política externa, de independência e igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos de outros países e de defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e na cooperação, ou não tem sido compreendida ou tem sido objecto de manobras da reacção, quer internas, quer externas, visando obscurecer o processo revolucionário ou comprometer o M. F. A. a interesses inconfessáveis que se opõem à liberdade, dignificação e bem-estar do Povo Português. O processo de democratização política, económica e social, apesar de algumas conquistas favoráveis já alcançadas, terá, não obstante as dificuldades de *vária ordem* que se lhe opõem, de ser acelerado. No campo político, o saldo pode considerar-se positivo. A Nação Portuguesa, denotando já possuir maturidade política, assistiu sem convulsões internas a mudanças do Governo Provisório, do Presidente da República, compreendendo imediatamente a necessidade de tais mudanças e apoiando-as inequivocamente. No ano de 1975 teremos eleições livres pelas quais o Povo Português expressará a sua vontade, através das organizações dos

## O M. F. A. E O ACTUAL PROCESSO POLÍTICO

(Continuação da pág. 1)

mental que é neste momento uma missão de natureza política, e sabemos também que as F. A. não hesitarão em empenhar-se cada vez mais no seu cumprimento, levando à transformação de toda a vida político-social portuguesa; pela nossa parte não há dúvida nem hesitações, mas esperamos que elas também não exitam por parte das forças políticas. Esperamos que se saiba superar o egoísmo pessoal e/ou o sectarismo partidário, e que se saibam conjugar esforços, para vencer este desafio histórico e para conduzir o nosso povo para a Democracia e o progresso social.

Prontos a vencer maiores obstáculos e a suportar maiores sacrifícios, esperamos igualmente que haja uma consciencialização generalizada, das dificuldades a vencer e dos maus momentos a passar. Esperamos que, cada vez mais, os exemplos de dedicação e de trabalho, sejam um estímulo para todos e de que cada vez mais a unidade dos que trabalham, seja uma realidade dia a dia maior.

Temos a certeza de que o povo nos compreende e compreenderá, por isso ousamos apontar a via da unidade, do esforço abnegado e do trabalho para todos os que querem verdadeiramente construir um Portugal democrático, livre e independente.

Contamos sobretudo com a nossa capacidade e o nosso trabalho para vencermos todas as dificuldades. Deveremos contar essencialmente com os nossos meios e possibilidades nos planos que fizermos e nos objectivos que nos propuzermos alcançar: assim teremos a certeza de não falhar. Se nos ajudarem tanto melhor, porém, não poderemos fazer depender o êxito dos nossos planos, ou a definição dos nossos objectivos da ajuda externa. A experiência histórica ensina-nos que essa ajuda esconde muitas vezes a dependência. Se connosco quiserem cooperar em condições mutuamente vantajosas, estamos de braços abertos, e desejamos vivamente essa cooperação; mas deveremos tirar todas as dúvidas, de que não venderemos a nossa dignidade, seja a preço de migalhas como no passado, seja por maior preço.

Consideramos condições necessárias para vencermos as dificuldades existentes e levarmos a bom termo a nossa missão as seguintes:

- Unidade e coesão revolucionária das F. A.;
- Unidade F. A. — POVO e aliança com as forças democráticas progressistas;
- Desenvolvimento e fortalecimento das organizações políticas progressistas e organizações sociais incluindo sindicatos;
- Eleições verdadeiramente livres;

## EM FOCO

Ora, quando em uma sociedade ou civilização um novo elemento aparece, que de sua natureza é antagónico a seculares depósitos mentais, à estrutura, adquirida há tanto que já parece natural e própria, do próprio espírito, o primeiro acontecimento mental, e portanto essencial, que resulta é a incapacidade à adaptação dessa mentalidade a esse meio novamente criado. De aqui, como consequência, segue-se um período de transição e de decadências, de flutuações mentais, de incertezas nos pensamentos como nas obras, antes que a adaptação se dê e o acordo se estabeleça.

A adaptação ao meio assume três formas, que verificamos darem-se no nosso tempo. A primeira é a desadaptação total, e, portanto, a reacção integral contra as influências novas que, no momento, representam o espírito e a tendência da civilização. A segunda é a falsa adaptação — isto é, a persistência do velho espírito julgando, por assumir as aparências do novo, que lhe vestiu o próprio corpo, e não só os trajes. A terceira é a adaptação incompleta, cujo nome basta para a definir.

Fernando Pessoa

- Firmeza na defesa da democracia e na defesa da descolonização;
- Intransigência no ataque à reacção.

Desde o 25 de Abril até hoje têm-se dado passos significativos para que estas condições se verifiquem; no entanto teremos que continuar o trabalho quer dentro das F. A. conquistando-as completamente para o espírito do M. F. A. quer no seio do povo estreitando cada vez mais a unidade fundamental para o desenrolar de todo o processo.

Deveremos igualmente ser firmes, para impedir que a liberdade seja usada contra a democracia e contra a descolonização para tornarmos as medidas revolucionárias que forem necessárias, não nos deixando enleiar na teia do legalismo fascista. Não poderemos hesitar no julgamento revolucionário dos crimes nacionais cometidos pelo sistema fascista.

Como síntese do que ficou temos que:

— O actual processo político é um processo revolucionário que não terminará com as eleições da constituinte, mas continuará muito para além delas;

— É ao M. F. A. por intermédio dos seus órgãos revolucionários, Comissão Coordenadora do Programa, Conselho Superior e Assembleia, a quem compete a direcção do actual processo revolucionário;

— É nas F. A. e no seu Movimento que o povo deposita confiança para que se alcancem os objectivos indicados no programa;

— As F. A. estão firmemente unidas e determinadas para atingir os objectivos de descolonização, democratização política e económica e independência nacional;

— A missão fundamental das F. A. durante o período de excepção, é de natureza política;

— As forças políticas deverão formar uma frente progressista e enviar todos os esforços na realização dos objectivos nacionais indicados;

— Deveremos contar sobretudo com as nossas forças, as nossas possibilidades, capacidades e meios, não ficando à espera e dependentes da ajuda externa, para a construção da democracia em Portugal;

— Deveremos estimular tudo o que leve à unidade e coesão revolucionária das F. A., bem como à unidade F. A. — POVO;

— Não podemos pôr em causa o processo revolucionário e a Democracia por excesso de democratismos;

— A nossa capacidade de vigilância, firmeza e determinação revolucionária têm de estar sempre prontas a ser postas à prova;

— A liberdade não pode ser usada para atacar e liquidar a ainda débil democracia.

## OS ESTUDANTES PORTUGUESES:

### SUA PARTICIPAÇÃO NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

O ensino foi durante o regime anterior, um dos mais poderosos meios de inculcar a ideologia fascista dominante, de esconder ou camuflar a exploração de que o Povo Português era vítima, de afastar os trabalhadores da cultura, de isolar os estudantes do Povo e das suas lutas, para o que fomentava um espírito elitista na juventude estudantil.

O ensino era uma complexa máquina organizada para dar uma instrução mínima aos trabalhadores que conseguiam escapar ao analfabetismo — em Portugal ainda hoje 37% da população é analfabeta, o que corresponde a mais de 3 milhões de pessoas.

Dos que continuavam os seus estudos para além da escolaridade elementar (dita obrigatória), os filhos das camadas mais abastadas (comerciantes, industriais, quadros superiores da administração, profissões liberais, etc.) escolhiam o liceu por poderem suportar os seus custos e terem um acesso rápido à Universidade, os restantes dirigiam-se para o ensino técnico, menos caro e que preparava mais rapidamente para o exercício de uma profissão.

É de notar no entanto, que dos novecentos mil (900 000) alunos do ensino primário, só menos de 50% (cerca de 400 000) continuavam os seus estudos no ensino secundário, os restantes entravam logo no mercado do trabalho.

Dal que no ensino Universitário pouco mais de 4% dos alunos sejam filhos de trabalhadores que no entanto constituem cerca de 75% da população.

Face à situação actual do ensino, herdada do fascismo duas

atitudes são possíveis "mudar tudo para que tudo fique na mesma" ou ir ao cerne dos problemas e contribuir para alargar e aprofundar o papel dinamizador que um Novo Ensino deve ser na sociedade nova. Ensino deve ter na sociedade nova

que construimos.

Seria escamotear a origem dos problemas que o ensino atravessa, pensar que tal se deve apenas a deficiências de planeamento, a falta de professores e instalações, não compreendendo que essas faltas mais do que causas são consequências lógicas da própria (des)organização fascista do ensino. Não se seguiria numa sã política de verdade se se afirmasse ser possível alargar as instalações e recrutar os cerca de mil professores que o Ministério de Educação e Cultura (M. E. C.) pensa serem necessários para leccionar os 28 000 estudantes candidatos à entrada no Ensino Universitário... para não referirmos à possível qualidade de um ensino nas condições de instalações existentes.

Sem dúvida que melhorar as instalações, mais professores, o alargamento e regionalização da rede escolar são infraestruturas imprescindíveis para que o ensino cumpra totalmente as suas funções sociais. Esforços importantes têm de ser feitos neste campo para que se criem condições para um ensino verdadeiramente democrático no seu conteúdo, método, organização e fins. Mas obrigando a escassez de recursos a definir prioridades, não poderá continuar a ser o ensino superior o destino de importantes verbas que aplicadas noutros sectores educacionais beneficiariam um maior número de estudantes, acelerando a democratização em curso.

As transformações do ensino, no entanto, passam muito além de meras trocas de prioridades.

Ir ao cerne dos problemas é lutarmos para eliminarmos totalmente o analfabetismo; alargar e assegurar a escolaridade gratuita e obrigatória; garantir a igualdade de acesso a todos os graus de ensino, independentemente da situação económica e social dos agregados familiares; democratizar as estruturas escolares; modificar os métodos e conteúdos reaccionários do ensino, ainda existentes, em suma subordinar as orientações do ensino aos interesses do Povo, permitindo que o ensino contribua, da sua forma específica, para a elevação do nível cultural da grande maioria da população e também para o melhoramento do nível científico e técnico do país.

Ir ao fundo dos problemas é, ainda, ligar o ensino à vida, à realidade concreta do País, às condições de trabalho do nosso Povo, é criar condições para que os estudantes, com o seu trabalho, contribuam desde já para responder a necessidades sociais urgentes do Povo a que pertencem, que, de outra forma, poderiam ficar insatisfeitas ainda por muito tempo.

A decisão corajosa do governo em criar um serviço cívico estudantil, irá responder às questões acima levantadas não só no que toca à resolução dos problemas concretos deixados pela herança dos 48 anos de fascismo mas também no desafio que é feito aos estudantes no sentido de participarem na Reconstrução Nacional dando ao povo algo do que aprenderão e aprendendo com o povo a realidade deste País.

## AGRICULTURA: UMA QUESTÃO EM FOCO

(Continuação da pág. 3)

agrícolas capitalistas, servindo a parte expropriada para a constituição de cooperativas de pequenos agricultores ou de trabalhadores do campo. Por outro lado, independentemente do apoio inicial e preferencial em vários níveis aos pequenos e médios agricultores, a Reforma Agrária terá de conceder meios e quadros necessários à formação de cooperativas de produção integradas e dirigidas por estes últimos estratos da agricultura, além de reformular toda a estrutura das cooperativas actualmente existentes, criadas durante o regime anterior, de maneira a dar-lhes realmente um conteúdo verdadeiramente cooperativista, o que não acontece presentemente. Esta última medida passa necessariamente pela garantia de direcção dessas cooperativas por pessoas capazes de lhes emprestar esse cunho cooperativista.

Além destes pontos, outros haverá que uma política de Reforma Agrária terá de incluir. É o caso do controlo oficial da venda de terras de forma a assegurarem-se os objectivos já expostos assim como a completa reestruturação dos organismos estatais de vulgarização agrícola e de assistência técnica. De igual modo se terá de incorporar nessa Reforma Agrária a adequada criação de empresas públicas de aluguer barato de equipamento agrícola aos pequenos e

médios agricultores e sobretudo às suas cooperativas de produção. Uma outra medida não menos importante de Reforma Agrária é a da reorganização dos sistemas comerciais dos produtos da agricultura e dos que esta necessita (adubos, sementes, maquinaria diversa, rações, etc.), com controlo oficial, tendente para a nacionalização, de maneira a subtrair os pequenos e médios agricultores e as suas cooperativas da especulação de intermediários gananciosos. Por fim, a concessão de crédito a juro baixo e a eliminação das taxas e impostos que recaem sobre os pequenos agricultores completam o conjunto de medidas essenciais que integram a Reforma Agrária.

A dependência em que se encontram os nossos camponeses resulta essencialmente das condições estruturais anteriormente definidas que recebemos do regime deposedo em 25 de Abril. A Reforma Agrária envolve instrumentos eficazes para a sua libertação.

(1) O. Lange — *Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico*, Prelo Editora, 1967, pág. 14.

(2) I. N. E. — *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente* — 1968.

### PROGRAMAS NA RÁDIO E NA TV DO M. F. A.

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, mede essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 8.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.ª, 5.ª e 6.ª feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.ª e Sábados das 22,00 às 22,20 horas. Quinzenalmente às 3.ª feiras, pelas 21,15 horas também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.



## A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M. F. A.

(Continuação da pág. 5)

prometidos com o regime fascista, nos diversos aspectos que esse comprometimento se possa revestir, por outro lado terá que ser o afastar de todos os indivíduos que, por não acompanharem o processo revolucionário, o obstruam.

Desde logo para que o saneamento seja efectivo é necessário que os componentes dos órgãos que o fazem tenham compreendido a sua missão. É precisamente na composição dos órgãos encarregados do saneamento e nos vícios da legislação que o regula que estão todos os males ou ineficácia do processo.

Claro que um e outro aspecto nasceram num momento em que o estágio revolucionário era inferior ao actual.

Assim, e para superar o desfazamento entre as condições políticas do presente e a legislação que regula o saneamento, legislação essa vinda do anterior, está o assunto a ser revisto, de modo a que o necessário saneamento

das instituições seja conseguido em moldes mais correctos.

### 9.º GRUPO DE QUESTÕES

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

— No Programa do M. F. A. está consignada "a liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma". Não se pretendendo discutir se os atentados já verificados contra essa liberdade foram ou não justificados, que medidas preconiza a C. C. P. para evitar situações em que atentados semelhantes sejam lesivos da democratização do País?

### RESPOSTA

Sobre este assunto está em discussão no G. P. a chamada "Lei de Imprensa" que ao mesmo compete fa-

zer. Está claro que a C. C. P. não poderá de modo algum concordar com as censuras internas, contrárias ao que for estabelecido nessa mesma Lei, e não conducentes à sua defesa.

### 10.º GRUPO DE QUESTÕES

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— Que divergências existem no seio do M. F. A. e do Governo?

— Alguma imprensa estrangeira refere a oposição da Força Aérea ao Governo. A Coordenadora tem alguma coisa a dizer a este respeito?

### RESPOSTAS

Dentro do M. F. A. não existem divergências, no sentido que normalmente se dá à palavra.

Desde sempre foi dito que o M. F. A. era formado por um conjunto de militares (de início só Oficiais do Q. P.) que vivia em franca Democracia.

Esse grupo não era, nem é, homogêneo e dentro dele existiam, e existem, opiniões pessoais sobre os vários problemas a enfrentar, perspectivas políticas. Houve no entanto, desde sempre no M. F. A. duas razões de ser da sua existência: os seus membros são militares e como tal querem servir o povo a que pertencem. Foi isso que os uniu, os levou a derrubar o regime ilegítimo e os levará a pôr em execução o que o povo quiser.

O M. F. A. não pretendeu nunca, nem pretende impor nada ao Povo Português. É neste âmbito que se desenrola toda a actividade do M. F. A. e nunca poderá dizer-se que no seu seio existem divergências. Há sim opiniões diferentes, mas essas em vez de dividirem, contribuem antes para melhor cimentar a união dentro do próprio M. F. A. É apenas necessário que os militares continuem a actuar como militares, discutindo os seus problemas de olhos nos olhos, com a lealdade que é uma das suas maiores virtudes.

Em relação ao G. P. as divergências existentes, estamos convencidos que serão as naturais num Governo de coligação e serão também, antes de mais, diferença de opiniões. Não temos conhecimento de fortes divergências no seu seio.

Quanto ao que determinada imprensa estrangeira vem especulando e deformando a imagem, do que se passa no Portugal após o 25 de Abril, isso é assunto já muito debatido e que não é novidade para ninguém. Está claro que nem é necessário fazer comentários sobre a alegada "oposição da F. A. ao G. P."

Todos nós sabemos que o que está a acontecer em Portugal, desde o 25 de Abril a esta parte, não agrada de modo algum a certos sectores estrangeiros, alguns mesmo ditos democráticos. A estas orientações, evidentemente que interessa tentar todos os meios para evitar a sua prossecução. E como sabemos a imprensa é um dos mais poderosos meios que podem ser utilizados neste campo...

### 11.º GRUPO DE QUESTÕES

RADIO CLUBE PORTUGUÊS

— O que há sobre os presos dos incidentes de 4 de Novembro — CDS? Caso de Eteivino de Jesus.

### RESPOSTA

É um assunto que está entregue aos órgãos competentes.

Em relação ao caso do soldado Eteivino de Jesus, sobre o qual alguns sectores mais ou menos marginais têm especulado, não lhe poderemos dar mais importância que a qualquer militar que tenha desrespeitado as leis e regulamentos militares.

### 12.º GRUPO DE QUESTÕES

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

— Que garantias pode a C. C. P. dar quanto ao respeito que a todos deve merecer a autoridade democrática, que alguns sectores nem sempre tem sido observada?

### RESPOSTA

Põe o *Diário de Notícias* o problema das garantias a dar pela C. C. P. do respeito pela autoridade democrática, autoridade que, segundo o mesmo periódico, nem sempre tem sido observada.

Embora esta questão mais pareça uma questão posta por certos sectores estrangeiros ditos democráticos que, agora que se constrói uma verdadeira democracia em Portugal, estão muito mais preocupados com essa democracia do que quando a repressão fascista subjogava o Povo Português, podemos dizer que o M. F. A. só pode responder pela afirmativa categórica do respeito pela autoridade democrática.

## OU O CAPITAL COLABORA, OU A VIA DE SOCIALIZANTE TRANSFORMAR-SE-A EM SOCIALISTA

### 14.º GRUPO DE QUESTÕES

REVOLUÇÃO (Órgão do P. R. P.)

A crise económica pela sua própria natureza, gerada pelo capitalismo, determina que se faça uma escolha: ou via capitalista ou opção socialista, sob ponto de vista de determinada forma de produção económica. Neste princípio do ano, de que lado se situa a Comissão Coordenadora?

### RESPOSTA

Sobre este assunto, a C. C. P. não poderá situar-se de qualquer dos lados, dado que a C. C. P., como já foi afirmado variadíssimas vezes, mais não

Só que à sombra do ideal democrático não se podem abrigar os que de antemão sabemos que tudo fizeram, tudo fazem e tudo farão, se isso lhes permitirmos, para destruir a democracia.

Vivemos um período revolucionário que o Povo Português em múltiplas ocasiões tem mostrado que apoia com todo o seu vigor e contraímos uma responsabilidade histórica para com esse Povo que não enjaitaremos nem deixaremos seja sabotada pela acção de forças reacçãoárias, ainda que disfarçadas com o manto da democracia.

### 13.º GRUPO DE QUESTÕES

DIÁRIO DE LISBOA

— Em certas zonas do país estão a surgir elementos que residiam no Ultramar e que de lá fugiram apressadamente os quais desencadeiam campanhas contra o M. F. A. e o G. P. Receia-se que no futuro aumentem estas campanhas. A C. C. P. tem já conhecimento destes factos?

### RESPOSTA

Como é do conhecimento geral, a reacção situa-se a todos os níveis, principalmente naqueles cujos quadros mentais ainda se não aperceberam da justiça social da nova ordem democrática. Tudo faremos para tentar esclarecer não esquecendo, porém, que o esclarecimento tem os limites da vontade de se ser esclarecido e, para além deles, o tratamento será dado conforme as características dessa reacção.

## O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL TERÁ DE SER ACELERADO

(Continuação da pág. 5)

partidos. O esclarecimento político actual da população poderá não ser o mais desejável, nem tal seria possível, uma vez que a democracia não é objecto que se dê ou compre, mas terá que ser aprendida e conquistada na prática prolongada de verdadeiras instituições democráticas. Estamos convencidos que o Povo Português terá, já, o discernimento suficiente para escolher os partidos que o pretendam servir e não servir-se dele, uma vez que aceitará todos aqueles que, nos seus programas e objectivos, bem como nos processos de acção política que adoptem, tenham como denominador comum os princípios e objectivos do Programa do M. F. A. e as conquistas democráticas já alcançadas. O M. F. A. velará para que o mesmo povo não seja enganado pela exploração da ignorância em que foi mantido durante tantos anos.

No campo económico e social, desenvolve-se como é do conhecimento de toda a gente, intensa actividade tendente a definir objectivos e processos que permitam recuperar o tempo perdido. Um dos grandes obstáculos que se oporão à concretização rápida daqueles objectivos, para além de outros já do conhecimento da Nação Portuguesa, são as actuais estruturas da nossa sociedade. O regime fascista, para além das suas figuras carismáticas, colaboradores, sistemas repressivos, dilatou-se no tempo mercê do apoio recebido de uma estrutura viciada e viciosa que se alargou a todos os sectores do aparelho do Estado, com repercussões profundas nas estruturas comerciais e industriais. A opção política atrás referida, e não é demais sublinhar, inteiramente independente de qualquer perspectiva ideológica partidária, interna ou externa, não poderá ver os seus fundamentos lançados sem uma rápida reformulação e saneamento das actuais estruturas da sociedade portuguesa. O considerar-se esta reformulação e saneamento como uma grande reforma de fundo, constitui um artifício que obsta inteiramente à sua execução. O M. F. A. afirma a sua inabalável decisão de proceder de acordo com o estipulado no seu Programa, embora com os cuidados que permitam o seu processamento sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar. Para tal, garante a todos os Portugueses, ao iniciar o ano de 1975, um Movimento das Forças Armadas mais forte, mais coeso e perfeitamente consciencializado para a consecução dos objectivos do seu Programa.

O ano de 1975 não será um ano fácil. As dificuldades a vencer serão muitas. Mas unidos, Movimento das Forças Armadas e Povo Português, continuaremos a lançar, pedra a pedra, esse edifício que será o novo Portugal.

A todos os Portugueses o Movimento das Forças Armadas, pela sua Comissão Coordenadora, deseja um ano de 1975 de intensa consciencialização política, de paz, de progresso e de bem-estar social.

## SANEAR A VIDA PORTUGUESA

(Continuação da pág. 1)

**de competência, e estruturação dos serviços em termos científicos.**

**O saneamento impõe uma ética revolucionária que mobilize todos os trabalhadores portugueses para a transformação da sociedade, transformação que não será fácil, porquanto o ponto de partida não é famoso e as circunstâncias internas e externas certamente imporrão sacrifícios.**

**Confiamos no futuro do nosso País. Estamos certos que, apesar das dificuldades, nós, o Povo, encontraremos as soluções adequadas aos nossos problemas, e conseguiremos erguer na nossa Pátria a prosperidade, a justiça e a felicidade a que temos direito.**

**Forças Armadas, Partidos políticos, Organizações de trabalhadores, temos o dever de nos empenharmos profundamente na construção de Portugal.**

**A análise crítica, a luta serena mas firme pelos nossos direitos, a procura de soluções que sirvam as largas camadas mais desfavorecidas da população, constituirão a sociedade em que nos encontraremos. Um Povo com as necessidades tornadas consciência. Um Povo em Liberdade.**

# A ÚLTIMA GRANDE TENTATIVA DE REVOLTA ARMADA

O LEVANTAMENTO DE BEJA  
DE 1 DE JANEIRO DE 1962

CONTRA O FASCISMO ANTES DO 25 DE ABRIL

1 de Janeiro de 1962. Militares e civis, dirigidos pelo capitão Varela Gomes e Manuel Serra tentam apoderar-se do quartel de Beja e desencadeiam um movimento armado contra o fascismo. Por motivos diversos a tentativa falhou. Muitos combatentes foram presos pela polícia política, entre eles Varela Gomes e Manuel Serra.

Em Julho de 1964 seriam julgados no Tribunal Plenário de Lisboa. Documento para a história do movimento antifascista em Portugal, arquivamos hoje o depoimento de Varela Gomes perante os juizes do tribunal fascista.

Creio, até pelas responsabilidades que assumi neste julgamento, caber-me deixar esclarecido sem margem de equívocos, qual a finalidade que se propunha com a acção revolucionária de 1 de Janeiro de 1962 que era o derrubamento do Governo de Ditadura Fascista que há quase quatro dezenas de anos ocupa, oprime e explora o País, como inimigo em território conquistado; e a sua substituição por outro livremente eleito, depois de restaurados os direitos e garantias que a própria constituição vigente consigna. E para tal, para esse objectivo limitado e imediato não era — como é evidente — nem é necessário alterar a constituição: o que era e é imperioso é torná-la efectiva.

Sébermos, porém, todos nós, por dura e prolongada experiência, que o desprezo pela lei constitui a real matriz dos sistemas totalitários, tais como o Estado Novo. Foi-me dado ver de perto, quando da minha intervenção na campanha eleitoral de 1961 a que manobras de baixo teor recorreram o maquinismo estatal e os seus asseclas para transformarem em fraude e escárnio o acto solene pelo qual os povos afirmam a sua maturidade. De facto, levei até à última fronteira da legalidade o meu protesto pouco me tendo surpreendido ver confirmada a inutilidade de uma oposição leal e a peito descoberto. Nunca um governo desta espécie policial abandonou o poder a não ser expulso pela força. A sua palavra de ordem é bem conhecida e comum a todos os Fascistas: é o "tenez" de Charles Maurras. Para se aguentar a tudo lançam mão, não exitando e quando sentem perto o fim, em tentar arrastar na sua queda a própria Nação. Assim se vão vendendo em leilão de falência, bases e privilégios e outras parcelas do património colectivo

(como precisamente sucede em Beja com a base alemã); se estabelecem convénios secretos para a intervenção de tropas estrangeiras, como os que existem com a Espanha e a África do Sul. Ora a nossa história de 1580 recorda-nos a que extremidade pode ainda ir uma obstinação cega quando incitada por camarilha de avidez insaciável.

## O CASO DA ÍNDIA

Pois apesar de dominado pelas mais sombrias apreensões quanto às consequências da orientação que estava a ser imprimida nos destinos de Portugal não ultrapassei a fase de revolta latente; foi o desastre de Goa, com a sua evidência demonstrativa, que me decidiu, certo como estava de ir ao encontro do mais profundo e veemente anseio do povo Português. A Índia Portuguesa foi vilmente abandonada à sua sorte simulando o Governo ignorar as intenções e preparativos da União Indiana — porque não interessava aos grupos monopolistas metropolitanos que é em África que tem as suas zonas de expansão. Os mesmos que em Abril de 1961 acudiram com pânico — difarçado de patriotismo — aos seus capitais e lucros ameaçados pela rebelião Angolana, foram os que em Dezembro do mesmo ano, não acharam razoável reforçar a guarnição do Estado da Índia. A herança de Albuquerque e a memória de D. João de Castro não pagam dividendos cuja natureza preocupe a oligarquia financeira com o qual o estado novo está identificado.

Foi o desastre de Goa o choque emocional que trouxe à superfície a repulsa e os receios que a maioria das forças armadas há dilatado tempo nutre em relação aos desígnios e métodos do estado novo. Movimento

assim generalizado de urgência revolucionária e adesão estusiasmática só encontra paralelo na agitação que percorreu as fileiras quando da campanha presidencial do General Humberto Delgado, reflexo da esperança que alvorçou na altura o país e que, desde aí, permanece associada ao nome desse indómito patriota merecedor do respeito e acatamento de todos os democratas.

## A AMPLITUDE DO MOVIMENTO

Os militares de carreira que aqui respondem pela acção revolucionária de Beja fazem-no por centenas de camaradas que todas as patentes que conosco partilham iguais ansiedades. Eramos apenas uma vanguarda que, com orgulho o digo, não fraquejou na hora da decisão. Se a repercussão da acção desencadeada não deu lugar a sermos seguidos, deve-se isso atribuir mais ao concurso de circunstâncias adversas que à falta ou fraqueza de alguém implicado. Aqui o declaro para que conste.

Como em todos os movimentos genuinamente patrióticos não houve então uma conspiração na acepção clássica do termo; o que houve e o que é característico, foi a confluência de correntes vindas das mais diversas áreas de inquietação. Civis ou militares, burgueses ou populares, rurais ou citadinos, todos fazemos uma Pátria e estamos juntos desde o fundo da história nas revoltas que talharam a fisionomia actual do mundo civilizado; aquelas que a marcha do tempo reclama e com o qual se constrói a dignidade da condição humana. Deu ocasião este julgamento a que se recapitulassem as turpezas habitualmente cometidas pela polícia política do estado novo, elas só por si justificando uma atitude de desafronta de um povo.

Nada tendo chegado ao conhecimento do grande público. — pois como sempre foi interposta a cortina mistificadora da censura — aqui de denunciaram as torturas e espancamentos, os rigorosos do segredo e condições celulares, os insultos e violências de toda a ordem que às mãos da P. I. D. E. sofreram os réus, incluindo os camaradas oficiais que foram caluniados na sua honra, humilhados na sua condição, que eram e são a condição e a honra do exército. A maneira como o Estatuto dos Oficiais do Exército e respectivas garantias foram derogadas neste caso de evidente domínio do ferro castrense, representa um novo máximo de desrespeito pela lei e um verdadeiro atentado contra a instituição militar. Nem os nazis se atreveram a tanto, em relação aos oficiais implicados na conjura de Julho de 1944. Que tudo se tenha passado e continue a passar-se ante o silêncio dos organismos e entidades responsáveis por zelarem pelas tradições seculares do exército, é o resultado do vergonhoso servilismo político que desqualifica esses generais, bem como, aliás, a quase totalidade dos detentores dos altos cargos da administração pública.

Em todos os sectores da sociedade portuguesa se encontra hoje em dia, homoteticamente reproduzido esse antagonismo — de que as Forças Armadas oferecem apenas um exemplo que dilacera o Corpo e a Alma da Nação — de um lado, a grande massa, vivendo na ignorância ou na apatia, na transigência ou no comodismo, no desespero ou na revolta; do outro lado, um pequeno grupo (a elite) como os próprios traduzem o termo "gang") que maneja as armas da mentira, do terror, da corrupção converteu Portugal num imenso campo de devastação moral onde tenece a sua

personalidade e altivez de carácter. No quadro assim criado que é igual em todo o lado onde se firmou a desgraça fascista — a rebelião não é apenas legítima, é um dever sagrado, é a prova da vitalidade e nobreza de um povo e nunca houve lutas que mais dignificassem os seres humanos e mais revigorassem o sentimento pátrio. Só a completa irradiação da ideologia fascista poderá por fim à alienação em que está imersa a consciência nacional; e só então poderá terminar o esforço pertinaz que aos democratas portugueses tem exigido este longo combate contra as trevas, esta árdua campanha de Libertação Nacional.

Mas se a caminhada tem sido penosa, se numerosas têm sido as baixas e pesados os sacrifícios, algo de extremamente precioso se conquistou para cada um denós e para a colectividade: uma nova fraternidade que foi forjada na luta comum travada sem tibiezas nem renúncias. Ela é a indispensável pedra angular, sobre a qual se alicerça o Portugal de amanhã, o Portugal Democrático e o Portugal Libertado, de que todos os sinais pronunciam o alvorecer. E é esse laço fraterno que me fica unindo a Vocês, meus companheiros em Beja na madrugada do primeiro dia de 1962 e que através de 30 meses de prisão aqui trouxeram uma inalterada fé e inquebrantável ânimo; que nos liga a todos que em Portugal não temem e que aqui ergueram uma voz firme e não ambigua; — amigos testemunhas, amigos patronos; que nos irmana aos que resistem, lutam e sofrem, e continuam indomados; que nos faz chorar como irmãos muito queridos os nossos companheiros Vilar e Abreu e todas as outras heróicas vítimas destes 33 anos de repressão.

E se na primeira linha de resistência tem sempre havido representantes de todos os quadrantes doutrinários, é justo destacar os comunistas portugueses pela sua indefectível presença e avultado quinhão de sofrimento. O que faço à vontade pois que nem a P. I. D. E. com todo o seu fanatismo inquisitorial me conseguiu vestir esse sambenito.

## DA INCOMPETENCIA DO TRIBUNAL

Quanto à minha posição em relação a este julgamento, quero declarar que foi em consciência coagido que me resignei a responder ao interrogatório que aqui me foi dirigido, pois que de forma alguma posso considerar competente este tribunal plenário para apreciar matéria de índole militar mesmo não considerando a escandalosa gratuitidade da minha demissão do exército e a dos meus camaradas. Se, na realidade, não guardei o estrito silêncio que pensei optar como atitude de recusa da autoridade deste tribunal, deveu-se à intenção de reinvidicar as responsabilidades que me pertencem e principalmente a não desejar fornecer pretexto para o prolongamento dos 30 meses de prisão preventiva a que já foram submetidos os réus, muitos dos quais com pouca ou nenhuma participação na acção revolucionária de Beja. Duma íntima coação moral e psicológica estou sendo objecto desde que fui preso — e portanto a ela estive, sujeito durante a fase instrutória do processo não só com a detenção de minha mulher durante 18 meses (que só obedeceu a este miserável propósito) mas também suportando as mais requintadas técnicas da humilhação e desequilíbrio mental evolutivo que a P. I. D. E. aprendeu na Alemanha nazi com a Gestapo e recentemente aperfeiçoou com os seus instrutores da

F. B. I. E é com esse mesmo intuito que tenho sido mantido durante esses 30 meses em excepcionais condições de confinamento celular — única mesmo pela sua duração em todo o mundo moderno — numa clara tentativa de distribuição de personalidade que se acabará por se consumir porque a resistência humana tem limites e eu sinto avizinhar-se o ponto de rotura. Aliás, um primeiro objectivo foi atingido, que foi o de me trazerem psicologicamente diminuído a este tribunal. Ora, trata-se de um crime, de um crime contra os direitos essenciais da pessoa humana, conforme consta de declaração de princípios, universalmente aceites e subscritas até pelo actual governo; subscritas, mas hipocritamente porque um governo deste calibre só tem moralidade para uso externo. E quero chamar a atenção para as represálias e violências, que com toda a probabilidade vão sofrer os réus que aqui tiveram a coragem de denunciar os processos da P. I. D. E.: — novas torturas, espancamentos, períodos de segredo e castigo, perseguições a familiares, tudo isso e muito mais está nas tradições dessa agência do fascismo salazarista em circunstâncias semelhantes.

É este Governo de ódio, vingança e crime que em trinta e dois anos de exercício de poder discrecional, não decretou uma única amnistia, não esboçou o mais singelo gesto de clemência, se quer fazer passar por tolerante e cristão!

Mas nisso falhou rotundamente: o tempo gravou-lhe a visceral maldade na máscara fisionómica do seu chefe, Salazar. Ai somente se lê: — orgulho satânico, rancor a toda a nobreza de sentimentos; aversão ao povo onde nasceu e que renegou, e a deferência atávica pela riqueza.

Dele, aliás, se pode dizer em síntese, que continua à escala nacional a profissão paterna: feitor dos ricos

## APELO À CONTINUAÇÃO DA LUTA

Não, não fomos nós que acabámos por ser aqui julgados! Tudo que aqui se ouviu e ficou evidenciado, representa a radical condenação do regime salazarista, cuja essencial ruindade reside na corrupção das consciências e no aviltamento dos valores morais! É porém, este banco dos réus permanentemente ocupado há 38 anos a prova cabal de que os portugueses se não submetem e que neste grande cemitério sob a lua a podridão não destruiu as mais puras fontes da vida nacional, aquelas que precisamente garantem o renascimento da Liberdade em Portugal.

Deste lugar, por excelência o refúgio da honra em Portugal, eu creio ter adquirido o direito de novamente significar aos portugueses que os caminhos do futuro, os caminhos da reabilitação, exigem, com angustiosa precedência a remoção do obstáculo, por si degradante, que é o fascismo de Salazar.

Todos os problemas que afligem a Nação, quer sejam os do Ultramar ou da Economia, os educativos ou de reestruturação social, e, soberanamente, os de Direito e Moralidade Pública, todos sem excepção, só poderão encontrar o princípio da solução com o desaparecimento deste nefasto governo e do iniquo regime político que ele consubstancia.

Não entender assim é não compreender nem sentir Portugal em si próprio e como parcela do mundo contemporâneo. Ao abandonar esta barra o meu mais fervoroso voto, o meu apelo, é que, quanto antes, outros triunfem onde nós fomos vencidos pela salvação da nossa Pátria bem amada.

## UMA REVOLTA MILITAR E CIVIL

O levantamento de Beja de 1 de Janeiro de 1962, constituiu a última grande tentativa de revolta armada contra o fascismo antes do 25 de Abril.

A movimentação de massas que foi a campanha eleitoral do General Humberto Delgado e o seu epílogo burlesco, dissiparam ilusões eleitorais em largos sectores democráticos. O levantamento armado mostrou-se como a única via possível para destruir um regime político que só se mantinha no poder por meio da violência institucionalizada.

O início da guerra em África, constituiu um novo factor no xadrez político nacional, bem como um acontecimento que veio influir de maneira decisiva em certos sectores militares, pondo a nu a verdadeira natureza antipatriótica do governo fascista — a ocupação de Goa.

Logo a seguir à campanha de Humberto Delgado, seguiu-se um período de grande agitação social, que teve várias frentes quentes como o 1.º de Maio de 1962.

O golpe de Beja surge pois num momento histórico que o irá tornar uma das tentativas de levantamento mais importante e significativa da história da resistência antifascista.

Não se tratou de uma revolta puramente militar; centenas de civis participaram directa ou indirectamente na preparação e execução do golpe.

Sobre o desenrolar da operação, muita coisa já se escreveu nos últimos tempos. Nem é esse o nosso objectivo neste momento, mas tão somente evocar em efeméride importante na luta do nosso povo.

Por deficiente ligação entre os militares no interior de Infantaria n.º 13 e os revolucionários civis no exterior, vindos de várias partes do país, a operação redundou num malogro. Quando tentava deter o Major Calapez, foi gravemente ferido o Capitão Varela Gomes.

No exterior, foram mortos a tiro os revolucionários civis David de Abreu e António Vilar. O Subsecretário de Estado do Exército foi morto acidentalmente.

A repressão não se fez esperar. Mais de setenta antifascistas foram presos em várias partes do País, e muitos outros tiveram de escolher o caminho do exílio.

Considerada criminosa, os implicados na intenciona foram submetidos a cerrados interrogatórios e a pesadas penas de prisão.

Hoje, treze anos depois, podem avaliar o contributo que os antifascistas de Beja deram para o derrubamento da ditadura.

O 25 de Abril de 1974 veio coroar esse longo rol de sublevações militares (e não só) que desde Fevereiro de 1927 responderam à tentativa de neutralizar o espírito democrático nas Forças Armadas.